22:05 52%

Brasil ainda tem 49 mi sem esgoto adequado e 4,8 mi sem água encanada

Censo 2022, do IBGE, aponta desigualdades e mostra que parte da população não tem coleta de lixo

DELTAFOLHA

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O Brasil ainda tem o equivalente a 49 milhões de habitantes sem atendimento adequado de esgotamento sanitário e 4,8 milhões de pessoas sem água encanada, apesar do crescimento desses serviços nas últimas décadas. É o que apontam novos dados do Censo Demográfico 2022 divulgados nesta sexta-feira (23) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No caso do esgotamento sanitário, 62,5% da população vivia em domicílios conectados à rede de coleta em 2022. Outros 13,2% estavam em endereços que usavam fossa séptica ou fossa-filtro como solução individual.

Segundo o IBGE, as duas categorias são consideradas adequadas pelo Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico).

Assim, a população atendida por rede de esgoto ou fossa séptica chegou a 75,7%, na soma, em 2022 —o equivalente a 153,1 milhões de pessoas. O percentual subiu em relação aos recenseamentos anteriores —era de 64,5% em 2010 e de 59,2% em 2000.

Apesar da alta, o país ainda registrou, em 2022, o equivalente a 24,3% da população em domicílios com opções de esgotamento sanitário "mais precárias", incluindo fossa rudimentar ou buraco, vala, rio, lago, córrego ou mar, diz o IBGE.

Essa porcentagem equivale ao número —citado no início deste texto— de 49 milhões de pessoas sem atendimento adequado de esgoto, conforme os critérios da pesquisa.

De 2010 a 2022, a proporção de moradores com soluções consideradas adequadas (rede e fossa séptica) cresceu nas cinco grandes regiões brasileiras, mas as desigualdades permaneceram, disse Bruno Perez, analista do IBGE.

No Norte, essa proporção foi de apenas 46,4%, a menor do país e abaixo do dado nacional (75,7%). Em outras palavras, menos da metade da população local convivia com opções consideradas adequadas de esgotamento sanitário. O Sudeste, por sua vez, registrou o maior percentual do país nesse quesito: 90,7%.

"O Plansab considera adequado o esgoto que é coletado e tratado. O Censo só investiga a coleta, porque o morador só está informando se tem serviço que coleta o esgoto", afirmou Perez. "No nível do domicílio, está adequado [ter acesso à rede ou ter fossa séptica], mas a gente não pode informar a partir do Censo se tem tratamento ou não a partir dali", acrescenta.

Outro indicador apurado pelo IBGE é o de água encanada. Segundo o instituto, o percentual de brasileiros vivendo em domicílios com canalização interna subiu de 89,3% em 2010 para 95,1% em 2022, o equivalente a 192,3 milhões de pessoas. Nesse caso, a água chegava até as residências diretamente por meio de equipamentos como torneiras, chuveiros e vasos sanitários.

Outra parcela, de 2,5% (5 milhões), também tinha água canalizada, mas só no terreno dos domicílios. A situação que sinalizava ainda mais dificuldades era a da fatia de 2,4% —ou 4,8 milhões— que não tinha água canalizada. Ou seja, o líquido precisava ser transportado em veículos, baldes, galões ou outros recipientes para uso dos moradores.

Ao marcar 2,4%, essa parcela diminuiu ante o Censo 2010, quando era de 6,8%. Ainda assim, há diferenças regionais.

No Norte, 6,5% dos moradores não tinham água encanada em 2022, o maior percentual do país, ao passo que, no Sul, a parcela era de 0,2%, a menor das regiões.

Em relação à água, o Censo também traz informações sobre a forma de abastecimento. De acordo com o IBGE, quatro são consideradas adequadas no Plansab, embora "expressem níveis diferentes de qualidade e segurança".

São os casos da rede geral de distribuição, do poço profundo ou artesiano, do poço raso, freático ou cacimba e da fonte, nascente ou mina. Na soma, as quatro formas eram responsáveis pelo atendimento de 96,9% da população em 2022.

"O Plansab prevê que as formas sejam adequadas desde que tenham portabilidade, que não tenham interrupções no abastecimento. São elementos que a gente não investiga no Censo, como portabilidade, intermitência. Mas, até onde o Censo investiga, que é a origem da água, essas formas são consideradas adequadas, somam 96,9% da população em 2022", afirmou Perez.

Considerando somente a rede geral, essa opção era a principal para 82,9% dos brasileiros. Em 2010, 81,5% consideravam a estrutura como a "melhor forma".

No Norte, pouco mais da metade dos moradores (55,7%) tinha acesso à rede geral como principal mecanismo de abastecimento de água em 2022. O Sudeste, por outro lado, registrava o maior percentual do país (91%).

A dificuldade de acesso aos serviços de água e esgoto é um problema crônico que afeta parte da população brasileira, principalmente as camadas mais pobres.

Em uma tentativa de atrair investimentos privados para o setor, o marco do saneamento básico, sancionado em 2020 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), estabeleceu metas para a universalização dos serviços de água e esgoto.

Segundo Jean Rodrigo Tafarel, coordenador do curso de medicina da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), regiões sem saneamento adequado podem virar focos de doenças transmitidas a partir da água contaminada ou de vetores como ratos, baratas e moscas, que são atraídos pelo esgoto a céu aberto.

O quadro acaba pressionando ainda mais o sistema de saúde, afirma o médico gastroenterologista. "A população que vive nessas áreas adoece mais, e as crianças têm um prejuízo tanto na nutrição quanto no desenvolvimento infantil", afirma.

O Censo 2022 ainda apontou que 90,9% da população (183,7 milhões) vivia em domicílios com coleta de lixo, acima do percentual de 2010 (85,8%).

A parcela restante, que somava 9,1% (18,4 milhões), recorria a diferentes ações de descarte. Isso abrange queimar o lixo na propriedade (7,9%), jogá-lo em terreno baldio, encosta ou área pública (0,6%), enterrar os resíduos na propriedade (0,3%) e outros destinos (0,3%).

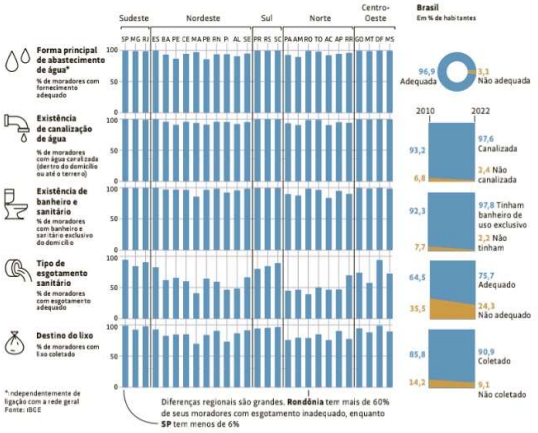
O Sudeste registrou a maior parcela de moradores com coleta de lixo (96,9%), e o Norte (78,5%), a menor.

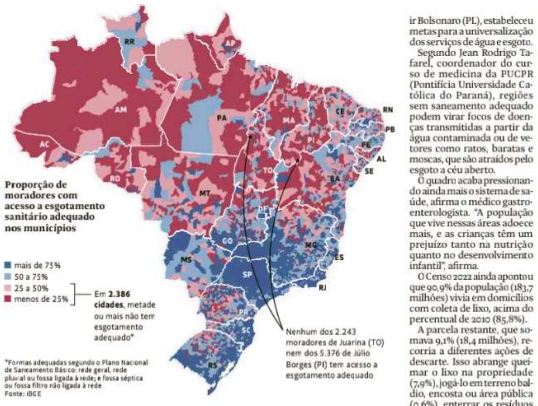
Técnicos do instituto apresentaram os resultados em um evento em Diadema (ABC). "Essas informações, para além do cartão-postal do Brasil, também são uma bússola do país [...]. Política pública pressupõe o conhecimento da realidade a ser transformada", afirmou o presidente do IBGE, o economista Marcio Pochmann.

A fala de Pochmann ocorreu em um segundo momento, após a apresentação dos técnicos. Políticos também discursaram. Um deles foi o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT-SP). Outro petista a discursar foi o prefeito de Diadema, José de Filippi Júnior.

Leonardo Vieceli, Cristiano Martins, Diana Yukari, Gustavo Queirolo, Clayton Castelani e Lucas Lacerda

Censo aponta desigualdades regionais e mostra que boa parte da população não tem esgoto adequado e coleta de lixo





> Essas informações [do Censo], para além do cartão-postal do Brasil, também são uma bússola do país [...]. Política pública pressupõe o conhecimento da realidade a ser transformada
>
> **Marcio Pochmann**
> economista e presidente do IBGE

2,4 milhões sem banheiro usam buraco e sanitário simples

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Embora a maioria da população brasileira disponha de banheiros dentro de casa, cerca de 2,4 milhões de pessoas dependiam, em 2022, de buracos ou sanitários simples em cômodos sem instalações para banho. Ainda, em 367 mil domicílios não havia nenhuma dessas estruturas.

A presença de banheiros tem aumentado no Brasil, mas a rotina de 1,2 milhão (0,6%) de brasileiros sem essa estrutura indica abismos no saneamento e riscos à saúde. Ainda, 0,5% da população do país, cerca de 1 milhão de pessoas, tinha um banheiro compartilhado com mais de um domicílio.

A maior ampliação da presença de banheiros foi registrada no Norte e no Nordeste, regiões que ainda têm as menores proporções entre as regiões, com 90,5% e 95,3%, respectivamente, de moradores com banheiro de uso exclusivo.

É o que mostram dados das características de domicílios do Censo Demográfico 2022, publicados nesta sexta-feira (23) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Considerando a ausência de banheiros, o estado que lidera entre as unidades federativas é o Piauí (5%), seguido por Acre e Maranhão, ambos com 3,8% de suas populações afetadas.

As informações consideram os moradores de domicílios particulares permanentes ocupados, que representam 99,5% da população registrada no recenseamento do ano retrasado, ou 202.083.020 pessoas.

O número de banheiros em domicílios também cresceu entre os registros do Censo de 2010 e 2022. De acordo com o IBGE, no registro anterior, havia 71,5% de domicílios com apenas um banheiro de uso exclusivo. No último Censo, esta parcela caiu para 66,3%.

No recorte de cor ou raça, indígenas representam a parcela com menos acesso a banheiro exclusivo no domicílio (61,7%). Amarelos e brancos lideram com 99,6% e 99,3%.

A ausência de banheiro, segundo o IBGE, pode indicar a defecação a céu aberto. Além do impacto na dignidade, o problema está ligado a contaminações e doenças, segundo Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, vinculada à Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

"Uma comunidade que deposita isso no solo pode contaminar a água que vai puxar em um poço. Dependendo da profundidade, pode pegar excreta diluída. Esse é o drama."

Para o epidemiologista e pesquisador da Fiocruz Amazônia Jesem Orellana, a precariedade da cobertura no saneamento básico é a causa de mortes evitáveis ou internações por leptospirose, diarreia e gastroenterite, entre outros problemas.

O aumento risco, diz ele, ainda está associado ao aumento de eventos extremos, como ondas de calor e chuvas. "Isso precisa ser colocado no contexto de crise climática. Os desastres vão acontecer com frequência maior, e a precariedade de infraestrutura de saneamento e distribuição de água tem impacto desigual. Os mais debilitados são os mais sensíveis."